

Iniciativa Imagine Brasil

Síntese do Diálogo com representantes do setor Cultural

A iniciativa Imagine Brasil tem como objetivo mobilizar lideranças de diferentes segmentos da sociedade, visando contribuir para o Brasil encontrar caminhos para o seu desenvolvimento. Esta etapa do projeto prevê a realização de reflexões e diálogos com representantes desses setores.

Desde o lançamento do projeto, ocorrido em agosto de 2021, já foram realizados dez Diálogos – envolvendo discussões com representantes dos segmentos de Educação, Defesa e Segurança Pública, Meio Ambiente, Liderança Social, Empresariado, Esporte, Economia, Jornalismo, CEO's Legacy e Indígenas e Povos Tradicionais.

Este é, portanto, o 11º encontro da série Aspiração para o Brasil, que ocorreu em 19 de julho de 2022 e contou com a participação de oito convidados: Carlos Gradim, Daniele Sampaio, Eliane Parreiras, Flavia Constant, Guilherme Marques, Maria Helena Cunha, Maria Ignez Mantovani e Mariana Soares Ribeiro, além da equipe da FDC.

Os presentes foram conclamados a refletir sobre o Brasil e a compartilhar suas visões sobre o contexto do segmento e seus anseios para o país até 2030. O objetivo dos Diálogos é ampliar a escuta dos brasileiros e buscar possíveis convergências para se fazer a ponte entre aspiração e performance, que é onde o sonho se transforma em realidade.

Destaques

- Não temos como refletir sobre as aspirações no segmento da cultura sem destacarmos a importância da educação.
- Temos de furar as bolhas e chegar às bases, conversando com os jovens e as crianças, sensibilizando esses públicos sobre a importância da democratização cultural a que tanto aspiramos.
- É preciso conceber uma construção colaborativa e coletiva, que coloque a cultura como eixo transversal das demais áreas.
- Não podemos pensar apenas do ponto de vista do direito da sociedade de consumir cultura, mas também na possibilidade de garantir o exercício pleno do direito de produzir cultura.
- Ao concebermos a cultura como eixo do desenvolvimento, temos de garimpar também os valores daqueles que, muitas vezes, “não têm lugar na sala”, como a já citada população negra e os povos indígenas, evitando

uma visão reducionista e meramente econômica do que significa desenvolvimento.

- É fundamental estabelecer indicadores de cultura para medir, gerenciar e quantificar os impactos das ações na área.
 - Esses indicadores irão subsidiar decisões de políticas públicas, que devem ser vistas como ações de Estado – e não de governos.
 - Defendemos a implementação de um novo Sistema Nacional de Cultura, regido por novas leis, pois, em dez anos, as pautam mudaram muito.
 - Aspiramos a redemocratização da produção cultural, que deve ser vista como um direito constitucional, tão deteriorado nos últimos anos.
 - Outra aspiração é o fortalecimento de uma bancada da cultura no Congresso Nacional e a criação de uma Frente Parlamentar da Cultura.
 - Precisamos definir as estratégias de “o que fazer”, mas também as de “como fazer”; devemos sonhar e ter aspirações, mas também saber realizar.
 - Queremos parabenizar a FDC pela iniciativa, pois ela vai além da mera retórica e busca identificar ações concretas para pensarmos um novo Brasil.
 - Essas aspirações pressupõem o compromisso com dois princípios fundamentais: o respeito aos direitos humanos e o respeito à defesa da democracia.
-

Contexto e aspirações

- Não temos como refletir sobre as aspirações no segmento da cultura sem destacarmos a importância da educação nesse contexto. Temos de pensar como fazer uma educação mais colaborativa, sempre na perspectiva do desenvolvimento social e sustentável.
- Temos de furar as bolhas e chegar às bases, conversando com os jovens e as crianças, sensibilizando esses públicos sobre a importância da democratização cultural a que tanto aspiramos.
- Sem dúvida, esses jovens em idade escolar buscam uma nova forma de ver o mundo, assim como almejam novas oportunidades de participação

no processo de desenvolvimento e de tantas transformações em andamento no contexto digital.

- Temos, portanto, de ampliar essa sensibilidade artística em todos os campos.
- Esse projeto acontece em um espaço voltado para a construção colaborativa e coletiva, que nos leva a um conjunto de intenções e de uma nova noção de desenvolvimento e coloca a cultura como eixo transversal das demais áreas. Por isso, acreditamos que é preciso, inclusive, aumentar a inclusão e a diversidade nesses eventos, com a presença de pessoas pretas e pardas, indígenas e trans, por exemplo.
- Ao concebermos a cultura como eixo do desenvolvimento, temos de garimpar também os valores daqueles que, muitas vezes, “não têm lugar na sala”, como a já citada população negra e os povos indígenas, evitando uma visão reducionista e meramente econômica do que significa desenvolvimento.
- E também elevar ainda mais a descentralização geográfica e a diversidade regional dos convidados, com mais representantes das regiões Norte e Nordeste. Reconhecemos as dificuldades de agendas, mas é preciso garantir a participação mais ampla possível.
- Essa maior descentralização pode contribuir para reduzir as diferenças regionais. Os povos tradicionais do Maranhão, por exemplo, não conseguem criar mecanismos de difusão da sua cultura na mesma forma como ocorre com os produtores culturais do eixo Rio-São Paulo.
- Não podemos deixar de respeitar e ampliar essa diversidade, com a consciência também do papel das mulheres e da integração feminina no processo de inserção da cultura no arcabouço da economia.
- Uma das questões essenciais nesse debate é a necessidade de reforçarmos, de forma bem clara, a importância da transversalidade da cultura, que precisa ser resgatada, valorizada e inserida numa agenda mais ampla da sociedade.
- Essa transversalidade passa, por exemplo, por questões econômicas, sociais e educacionais fundamentais, como a geração de emprego e renda, as inovações tecnológicas, a produção de conhecimento científico, a agricultura sustentável e o meio ambiente. Afinal, tudo isso está atrelado à cultura.
- A transversalidade da cultura deve estar também em sintonia com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Não se trata

de defender a criação de um ODS específico para a cultura, mas assumir que ela deve ser vista de forma transversal a praticamente todos eles.

- Precisamos, portanto, valorizar a cultura nessa perspectiva da pluralidade que ela representa e que é fundamental como eixo das transformações sociais.
- Outra questão fundamental é a criação de mecanismos que estabelecem indicadores de cultura, pois o Brasil carece muito desse tipo de dados. Se não temos como medir, não temos como gerenciar ou quantificar os impactos das ações nessa área. Esse seria, sem dúvida, um relevante ponto de partida para as mudanças em um novo contexto do país após as eleições de outubro.
- A criação desses indicadores de cultura será realmente fundamental para que possamos fazer algum tipo de planejamento para o setor nos níveis nacional, estadual e municipal.
- E eles se tornarão também importante instrumento para subsidiar as decisões de políticas públicas, que precisam ser vistas não como ações de governo, mas de Estado.
- Para isso, temos de promover também iniciativas de escuta pública para definirmos prioridades.
- Todas essas ações elencadas aqui requerem investimentos contínuos na produção desses indicadores sistematizados. Não se pode, por exemplo, fazer investimentos durante dois anos e, depois, deixar de investir por cinco, para não perdermos a representatividade dos dados.
- No passado, Celso Furtado, quando foi ministro da Cultura, chegou a propor criar um índice para estimar o PIB do segmento, o que não seria difícil de se fazer. Por sua vez, a Fundação João Pinheiro, no governo mineiro, realiza alguns exercícios para calcular o PIB em matrizes de insumos e produtos. Do ponto de vista metodológico, é fácil ter um vetor de cultura. Um outro caminho seria acionar o IBGE para calcular, no âmbito das PNADs, o rendimento das pessoas na área da cultura.
- Estamos defendendo, portanto, a importância da implementação de um novo Sistema Nacional de Cultura regido por novas leis, pois as atuais, de dez anos atrás, precisam ser revistas, uma vez que as pautas mudaram muito.
- A Lei Aldir Blanc, por exemplo, é muito importante para o setor e reforça o papel fundamental desse novo Sistema Nacional de Cultura, que precisa existir enquanto lei para que tudo não fique apenas no âmbito das

boas intenções, garantindo sua aplicação também nos níveis estadual e municipal.

- Precisamos de políticas bem consolidadas na área, pois não podemos ficar vulneráveis às intempéries típicas das mudanças de governos. Um dos caminhos para isso, sem dúvida, é a recriação do Ministério da Cultura, para atender às demandas e responder às questões do Brasil contemporâneo.
- A própria Lei Rouanet, que contribuiu para a cultura de modo tão produtivo por muitos anos, foi desmontada, o que vem trazendo consequências muito graves para o setor e tornando impossível o acesso dos produtores culturais aos recursos da área.
- Uma das grandes aspirações do segmento, portanto, é garantir a maior representatividade dos tomadores de decisões, nas instituições públicas e privadas, para que possam atuar de forma mais comprometida com uma agenda progressista.
- De qualquer forma, podemos apontar algumas iniciativas fundamentais para garantirmos as mudanças necessárias, como, por exemplo, a importância de obtermos a garantia plena dos direitos culturais previstos na Constituição.
- Não podemos pensar apenas do ponto de vista do direito da sociedade de consumir cultura, mas também na possibilidade de garantir o exercício pleno do direito de produzir cultura.
- Precisamos, como dito, defender a maior democratização dessa produção cultural, que deve ser mesmo vista como um direito constitucional, mas que vem sendo tão deteriorada nos últimos anos.
- Essas aspirações demonstram como o contexto atual da cultura reflete a grande desmobilização e a desorganização que vêm marcando o segmento nos últimos anos. Tudo isso nos levou a um expressivo desmonte do setor, que já foi muito bem organizado. Por isso a importância do aprimoramento da legislação
- Uma outra aspiração essencial é estabelecermos como meta a criação e o fortalecimento de uma bancada da cultura no Congresso Nacional, discutindo com os candidatos, desde agora, a criação urgente de uma Frente Parlamentar da Cultura. Acreditamos ser essa uma iniciativa cada vez mais vital para o nosso segmento.
- Durante os momentos mais difíceis da pandemia, nós vivemos um blackout social, mas que foi enfrentado com criatividade, por meio de

novas e criativas conexões que levaram a cultura não só para o meio digital, mas também para as janelas das casas, onde as pessoas passaram, por exemplo, a cantar para os vizinhos.

- Com relação à área de museus, podemos destacar um documento muito importante que já foi consolidado pelo Conselho Internacional de Museus na representação brasileira e, em breve, será distribuído ao público. Sem dúvida, a consulta a documentos dessa natureza pode contribuir na consolidação de iniciativas mais amplas para toda a área da cultura, abrangendo diferentes instituições e organizações do setor.
- O caso do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, é um exemplo. Depois que o incêndio o consumiu, não vimos vontade política ou mesmo ações do governo federal na reconstituição. Mas houve grande interesse por parte de empresas e instituições e mesmo apoio de outros países, como foi o caso do governo chinês.
- E vejam que o ocorrido no Museu Nacional pode acontecer a qualquer momento em muitos outros museus pelo Brasil afora.
- Sabemos que a superação do atual contexto de polarização da sociedade vai exigir a reconstrução de muitas coisas, mas temos de evitar reinventar a roda. Podemos promover uma escuta pública ou uma espécie de consulta à sociedade, somando esforços com o setor governamental e visando à formulação de novas diretrizes e à definição das prioridades para o país.
- Há um consenso em relação a esse momento que vivemos, de grande polarização política, sobre a importância de superarmos tudo isso, no contexto de mudanças e de busca de uma sociedade mais igualitária.
- Não podemos abrir mão do papel fundamental do governo federal na implementação e no desenvolvimento da cultura, como acontece em tantos países. São inúmeros os exemplos dos investimentos públicos em cultura em todo o mundo.
- Percebemos claramente que falta vontade política no atual governo, e essa ausência tem sido, em parte, compensada pelo setor privado. Mas temos consciência sobre a importância e o valor de um país que se posiciona favoravelmente em relação ao fomento da cultura.
- Podemos ressaltar também o desejo de que essa nossa vigilância pela cultura deixe de ser um mal necessário e que a prioridade pelo setor se torne orgânica e natural novamente. Afinal, passamos por uma desconstrução muito grande, que nos fez regredir muito no tempo;

estamos discutindo hoje questões que já tínhamos superado há mais de 20 anos.

- Além de apresentar todas essas sugestões sobre “o que fazer”, precisamos também refletir sobre o “como fazer”. Esse é um desafio difícil, especialmente quando pensamos no tamanho do Brasil e na profundidade de nossas desigualdades sociais.
- E esse “como fazer” está intrinsecamente relacionado à educação, especialmente quando se pensa na necessidade de se obterem resultados em larga escala. Temos de promover uma ampla sensibilização da sociedade e aproveitar a imensa capilaridade que as estruturas da educação pública têm no país, o que é algo fantástico e precisa ser acionado nesse desafio. Mesmo sabendo que essas estruturas são, igualmente, deficitárias.
- Enfim, precisamos definir todas essas estratégias de “como fazer”. Sem dúvida, sabemos como é importantíssimo sonhar e aspirar, mas é também fundamental saber como realizar tudo isso.
- Outra questão que merece uma ampla reflexão: até que ponto temos uma receita de bolo para o que desejamos implementar, com foco nas questões econômicas?
- Em outras palavras: nós sabemos quais são os ingredientes para conceber o crescimento econômico, mas não temos exatamente a receita. Precisamos buscar isso para obter os resultados de impacto que almejamos para o futuro do setor cultural.
- Estamos, todos nós, em busca dessa receita e sabemos, como já registrado, que o caminho a seguir passa pela reformulação do processo educacional.
- E as soluções não são fáceis, pois, diante da atual realidade do nosso segmento, temos dificuldade não exatamente de pensar em 2030, mas de refletir sobre o amanhã.
- Temos um registro igualmente relevante a fazer: é interessante ressaltar como tem sido um denominador comum, a todos os grupos de especialistas que têm participado dos diálogos do Imagine Brasil, o interesse e o desejo de conversar com os participantes dos demais grupos.
- Esse desejo ocorreu, por exemplo, com os esportistas, que querem dialogar com os educadores, ou com os ambientalistas, que desejam conversar com empresários e militares, e assim por diante. Essa

transversalidade é uma contribuição que o projeto pode oferecer para construirmos uma sociedade com base em novos parâmetros e na convergência de pontos de vista diferentes.

- Esses são princípios fundamentais para que possamos manter o diálogo permanente com outras áreas do conhecimento e com todos os demais setores do conjunto social. Para isso, precisamos exercer essa governança colaborativa envolvendo o terceiro setor, assim como o setor público e o privado.
- Ao propormos a questão da escuta como ferramenta junto à sociedade, fica claro que queremos resgatar valores e procurar ressignificar a cultura do nosso país, que é muito fértil, criativa e inovadora por natureza. Tudo isso está no DNA do povo brasileiro, e essa dimensão fica ainda mais clara em encontros como esses, pois temos a certeza de que estamos gerando reflexões até mais ricas do que poderíamos imaginar, a princípio, que saíram desse evento.
- Vale lembrar, por exemplo, que no Diálogo do Imagine Brasil com os povos indígenas, a questão da cultura surgiu com uma força muito grande, em que tivemos também vários exemplos de mobilização de mulheres indígenas na Amazônia.
- Por isso, é fundamental parabenizar a FDC por essa iniciativa, pois ela vai bem além da mera retórica e busca identificar ações concretas para pensarmos, imaginarmos e agirmos em função desse novo Brasil. Sem dúvida, esse projeto representa um espaço raro e muito inspirador para todos nós.
- Esses encontros por segmento estão sendo muito ricos para o evento presencial que faremos em breve com a participação conjunta de especialistas de todos os grupos. Estamos reunindo uma diversidade de atores que será muito rica no desenrolar do projeto.
- Temos também de ser otimistas e reconhecer que o setor demonstra uma grande capacidade de reinvenção e de reorganização que nos permite apontar novos caminhos para a gestão pública e para a sociedade em geral.
- Almejamos a criação de trilhas que nos levem efetivamente ao desenvolvimento humano, social e econômico, com redução da desigualdade e em busca de maior bem-estar e maior inclusão em todas as regiões brasileiras. Essa é uma lição de esperança, que nos leva a caminhos mais promissores.

- Nesse contexto, é fundamental salientarmos que essas aspirações pressupõem o compromisso com dois princípios. O primeiro deles é a garantia efetiva de defesa e respeito aos direitos humanos, como estabelecidos há cerca de 60 anos na declaração das Nações Unidas.
- E o segundo é a certeza de que esses sonhos só se realizam numa sociedade democrática. Afinal, ficou muito evidente nessas reflexões que o setor cultural foi profundamente esmagado nos últimos anos, não só do ponto de vista financeiro, mas também institucional e em termos de seus valores.